



**O GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA NA
PERSPECTIVA DE ACADÊMICOS DA UFSM**

**KNOWLEDGE LEVEL ON TRANSPARENCY IN THE PORTAL OF UFSM
ACADEMIC PERSPECTIVE**

Guilherme Moraes Vargas

Mestre em Administração (IMED)

Faculdade Meridional (IMED)

e-mail: gmoraesvargas@yahoo.com.br

Nelson Guilherme Machado Pinto

Doutor em Administração (UFSM)

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

e-mail: nelguimachado@hotmail.com

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo mostrar na perspectiva de acadêmicos, o grau de conhecimento e uso do Portal da Transparência. A pesquisa teve abordagem quantitativa de escopo descritivo, onde utilizou-se uma *survey* como instrumento de coleta de dados. Empregou-se amostragem não-probabilística por conveniência, onde foram aplicados 111 questionários em acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria, nos cursos de Ciências Econômicas e Administração do campus Palmeira das Missões. Os principais resultados e conclusões do estudo, mostraram que apesar do avanço da tecnologia e disponibilidade de informações governamentais, oriunda da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso a Informação, não influenciaram de forma significativa no conhecimento do Portal da Transparência por parte dos acadêmicos.

Palavras-chave: Portal da Transparência. Tecnologia da Informação. Transparência. Gestão Pública. Brasil.

ABSTRACT: This study aims to show the perspective of academics, the degree of knowledge and Transparency Portal use. The research was descriptive quantitative approach of scope, which used a survey as data collection instrument. He used non-probabilistic convenience sampling, where 111 questionnaires were applied in the academic campus of the Federal University of Santa Maria campus Palmeira das Missões. The main results and conclusions of the study showed that despite the advancement in technology and availability of government information, arising from the Fiscal Responsibility Act and the Access to Information Act, did not influence significantly the Portal knowledge of Transparency by individual academics.

Keywords: Transparency Portal. Information technology. Accountability. Public administration. Brazil.

1 Introdução

Com a inclusão das Leis de Responsabilidade Fiscal e Acesso a Informação, a transparência surge como aliada no controle das políticas públicas. Neste contexto, o Portal da



Transparência pode significar o elo entre sociedade em geral e governantes, tornando-se mecanismo de fiscalização e disseminação da informação.

Mesmo sabendo da importância do monitoramento das ações públicas, dos direcionamentos e principalmente, do dinheiro público empregado nessas ações, é notório o “esquecimento” ou o desconhecimento por parte da sociedade em relação às mesmas. O surgimento de um portal onde possa ter uma total transparência dos investimentos e gastos do governo, não significa que a população como um todo está acessando estas informações, ou se estão cientes da existência deste mecanismo de controle.

A falta de transparência na gestão pública é identificada através dos números da Controladoria Geral da União, onde é possível a partir da Escala Brasil Transparente, implantada em 2013, medir o grau de transparência dos estados e municípios brasileiros, a qual leva em conta a existência da Lei de Acesso a Informação correspondendo a 25% da nota, e a efetiva existência e atuação do Serviço de Atuação ao Cidadão, correspondendo aos outros 75% da nota. Para auxílio na implantação da transparência, o governo criou o Programa Brasil Transparente que tem o objetivo de auxiliar os entes da federação na implantação de medidas de transparência, por meio de capacitações, distribuição de material, apoio no desenvolvimento dos Portais de Transparências locais e cessão do código-fonte do Serviço Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

Nesta perspectiva, os estados de São Paulo e Ceará obtiveram notas máximas no *ranking*, seguidos de Paraná, Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mostrando que os três estados da região sul figuram entre os 06 melhores estados no quesito transparência das informações. Em contrapartida, os estados do Amapá e Rio Grande do Norte figuram entre os últimos colocados com nota zero. Entre os municípios, o cenário é desolador, pois 63% dos municípios avaliados, com até 50 mil habitantes, obtiveram nota 0 (zero), e 23% notas entre 1 (um) e 2 (dois). Entre as capitais, São Paulo, Curitiba e Brasília destacam-se nas três primeiras colocações com notas 10, 9,31 e 8,89 respectivamente.

O esclarecimento sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, passou a ganhar força com a aprovação da Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, que alterou a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que se refere à transparência da gestão fiscal. A partir desta inovação na maneira de disponibilizar as informações, todo cidadão, na medida do seu interesse ou necessidade, pode acessar a qualquer momento as informações de Municípios, Estados, Distrito Federal e União (BRASIL, 2009).

Para alguns autores como Maurenente, Maraschin e Biazus (2009) e Campos (2010), a interação de seres vivos com a tecnologia é decorrente do uso intensivo de recursos tecnológicos, e é denominado de acoplamento tecnológico. Tais interações estão cada vez mais avançadas, buscando melhorias em diferentes frentes, sendo que uma das mais visadas e contempladas por essas interações é a maneira de se comunicar.

A disseminação da banda larga fortaleceu ainda mais a utilização da internet em praticamente todo o território nacional, e esta facilidade, chegou também na administração pública. A lei complementar em questão, estabeleceu a instrumentalização da tecnologia da informação, ligando diretamente governo e povo.

Para tanto, o presente estudo tem como pergunta de pesquisa: qual é o grau de conhecimento e uso do Portal da Transparência? E como objetivo geral, com base na Lei de Acesso a Informação e de Responsabilidade Fiscal e do Portal da Transparência na Gestão Pública, mostrar se houve ou não a adesão dos acadêmicos em relação ao uso do Portal da



Transparência como ferramenta de informação e fiscalização das ações desenvolvidas no setor público, tendo como estudo os alunos dos cursos de Administração e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, campus de Palmeira das Missões.

Diante disso, o trabalho justifica-se pela necessidade de identificar possíveis melhorias na disponibilidade e usabilidade das informações do Portal da Transparência no âmbito local, ou seja, nas ferramentas disponibilizadas pelos municípios. Isso porque, leva-se em consideração os investimentos necessários na gestão da informação para fornecer de forma clara, objetiva e de fácil acesso à comunidade em geral, os conteúdos das ações públicas nos diferentes municípios.

O objetivo abordado nesta pesquisa aplicada foi medir o grau de conhecimento de acadêmicos que responderam a respeito do portal da transparência, suas funcionalidades e disponibilidade das informações. Os crescentes casos de corrupção envolvendo desvios de verbas públicas em diferentes órgãos públicos em diferentes esferas de poder, gerou por consequência, as manifestações contrárias sobre este tema, levando a necessidade de combater a má gestão pública, ora, agravada pela falta de transparência e/ou desinteresse da população na fiscalização das ações governamentais.

O trabalho tem na sua sequência, o referencial teórico, o qual abordará conceitos referente ao Portal da Transparência, uso de Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC no setor público como forma de melhorar a comunicação e transparência entre governo e governados. Posteriormente, foram abordados os métodos da referida pesquisa, assim como a definição dos seus conceitos, ferramentas utilizadas e quais tipos de análises que serão utilizadas na interpretação dos dados. Em seguida, o artigo é constituído da seção de análise e interpretação dos dados onde foi possível analisar de uma forma estruturada e graficamente, às respostas emitidas a partir dos dados coletados. E por fim, têm-se as conclusões finais baseadas nos resultados de pesquisa.

2 Referencial Teórico

2.1 Transparência como Sinônimo de *Accountability*

A tão aclamada transparência, oriunda da redemocratização vivida a partir dos anos 80, torna-se um vetor de pressão social na busca por controle social e participação da sociedade em relação às decisões e ações dos governos (RIBEIRO, 2009). Para alguns autores como Vishwanath e Kaufman (2009), a transparência é composta por alguns atributos, tais como: Acessibilidade aos meios de informação aliada à abrangência; Qualidade e confiabilidade, abrangência, consistência e relativa simplicidade em sua apresentação; Relevância da informação apresentada. A transparência é oriunda do princípio da publicidade, aliado aos subprincípios da motivação e participação popular na gestão pública.

A Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2001) enfatiza que a transparência é um elemento chave da boa governança, já que passa a dar legitimidade às decisões do administrador público. Entende-se também que é necessário um conhecimento prévio e explicativo por parte dos responsáveis por disponibilizar as informações, visto que, estas devem ser de natureza verídica e contexto claro, proporcionando um melhor entendimento possível, já que a transparência é mais que publicidade dos atos públicos e uma obrigação formal, ora, tem a capacidade da abertura e compartilhamento de informações que auxiliam no monitoramento e julgamento das ações públicas.



Nessa perspectiva, Frey (2000) salienta a importância da participação social na formulação, avaliação e execução das ações públicas, e que esta inserção da sociedade no ciclo das políticas públicas contribui de forma significativa na publicidade. O autor ainda enfatiza que “frequentemente, são a mídia e outras formas de comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar” (FREY, 2000, p. 227).

A partir disso, Prado e Loureiro (2006) associam a transparência com a prestação de contas e *Accountability*, sendo que Pinho (2008, p. 478) entende que “a transparência, o engajamento dos governantes com a prestação de contas, e a responsabilização dos governantes pelos seus atos”, tornam transparência e *Accountability*, sinônimos. A aproximação da sociedade civil mediante aumento do controle externo, aliado ao mecanismo de *Accountability*, de maneira geral, ajudam a fortalecer e modernizar a democracia (DINIZ, 1998). Dentre as cinco formas de avaliação da administração pública, estão o controle clássico, parlamentar, introdução lógica dos resultados, a competição administrada e o controle social (CLAD, 2006).

Assim, Silva (2002) esclarece que a governança, seja ela em qual for a dimensão de governo (município, estado, distrito federal ou união) torna-se eficaz a partir da formação de um elo com a sociedade através da participação social. Dessa forma, sendo assim, as tecnologias de informação e comunicação são indispensáveis na amplificação da participação cidadã.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), formulou regras no uso das finanças públicas, protegendo os cofres públicos contra desvios de dinheiro, ou simplesmente o mau uso dele. Criada no ano de 2000 esta legislação foi um marco no processo de transparência e responsabilidade por atos públicos no Brasil, já que determina a obrigatoriedade da divulgação das informações em meio eletrônico, mediante acesso à Internet (CAMPOS; PAIVA; GOMES, 2013).

2.2 Tecnologia da Informação e Comunicação na Administração Pública

Os avanços tecnológicos das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), principalmente na última década, trouxeram inúmeras possibilidades para a promoção e amplitude no uso da transparência. Com o auxílio da Internet, as TICs se potencializaram, já que por um lado os meios eletrônicos impulsionaram a visibilidade e atualização de informações governamentais em tempo real nas mídias, e por outro, facilitaram o acesso aos dados e informações da Administração Pública. Essas novas tecnologias que ajudam a promover as informações públicas e a participação e controle social por parte dos cidadãos, são discutidas constantemente em literaturas (PINHO, 2008; WELP, 2007; PRADO, LOUREIRO, 2006).

A partir destas ferramentas ou dispositivos tecnológicos, agregado a Lei de Responsabilidade Social, direcionando a comunicação em meio eletrônico, o governo, na necessidade de estruturar a disposição das informações, cria a Lei Complementar 131. Esta, ao ser aprovada em 2009 e entrando em vigor em maio de 2010, altera a LRF no que diz respeito a transparência na gestão fiscal, sendo obrigatório a disponibilização das informações em tempo real pelos Municípios, Estados, Distrito Federal e União (NAZÁRIO; SILVA; ROVER, 2012).

Uma das principais iniciativas do Governo Federal, tratando-se de transparência e obrigatoriedade na divulgação de informações públicas, foi a criação do Portal da Transparência. Esta iniciativa da Controladoria Geral da União - CGU, foi lançada em novembro de 2004, com o objetivo de intensificar e ampliar o controle dos gastos públicos, aumentando assim, a transparência na prestação de contas (CGU, 2012).

O povo é, teoricamente, soberano. Sendo assim, deve ele exercer o poder de vigia sobre o Governo, e não ao contrário (CASTELLS, 2013). Ao encontro com esta teoria, o Portal da Transparência dos diferentes entes federativos, se bem estruturados, podem exercer papel fundamental na prática de controle social, aproximando a sociedade das ações públicas.

Dessa forma, Culau e Fortis (2006) avaliam que o resultado esperado a partir da sanção da LRF é positivo, e que aos poucos está criando uma cultura na disposição de dados públicos de interesse coletivo. Entretanto, os autores ainda argumentam que existem grandes entraves para os cidadãos, dificultando o acesso dos mesmos à máquina pública. Porém, acreditam que o direcionamento é para a flexibilidade, agilidade e a natural transparência.

As dificuldades encontradas pelos cidadãos no acesso a informação estão ligadas a dois fatores: A baixa escolaridade da população brasileira e do hermetismo da linguagem técnica. Por isso, é defendido que as informações sejam disponibilizadas de forma clara facilitando o entendimento popular, de forma que as informações eminentemente técnicas, não prejudiquem a compreensão dos usuários em meios eletrônicos (CULAU, FORTIS, 2006).

Figura 1 – Tipos de dados do Portal da Transparência



Fonte: Portal da Transparência.

Em um primeiro momento, os *websites* do governo disponibilizavam em formato fechado, ou seja, o próprio governo é quem decidia quais os conteúdos que poderiam ser visualizados pelo cidadão, tornando assim, de difícil acesso à população em geral as informações sobre ações governamentais. Na fase seguinte, houve a possibilidade de personalização e filtros em consultas detalhadas às bases de dados, porém, ainda com a moderação e intervenção do governo nas informações disponibilizadas. E na última fase,

chamada de Dados Governamentais Abertos (DGA), tornou-se possível o acesso aos dados brutos, possibilitando a manipulação livre e cruzamentos com outras bases de dados, e qualquer pessoa, pesquisadora ou não, poderia interpretar a realidade das ações governamentais (MELLO, 2008).

2.3 Transparência e a Tecnologia

Sobre a disponibilidade dos dados conforme LC 131, ela assegura que toda e qualquer informação deve estar disponível para consulta, na rede mundial de computadores, concentrando em um só local, de preferência, todas as informações orçamentárias e financeiras dos diferentes entes federativos. Na figura 1, retirada do site do portal da transparência, pode ser identificado todos os tipos de informações disponíveis, separados por Despesas, Receitas, Convênios, CEIS – Empresas Sancionadas, Servidores, CEPIM, Imóveis Funcionais, Beneficiados da Lei 10.559/2002 e dados de Grandes Eventos.

A forma como se promove a publicidade das informações governamentais, além de claras e de fácil acesso com o auxílio da tecnologia da informação e comunicação, seguindo o princípio de dados governamentais abertos, deve, impreterivelmente, atender as necessidades da população de repúblicas democráticas, ou seja, dando visibilidade ao poder (BOBBIO, 1987).

Para Lopes (2009), a disponibilidade de informações do governo, por meio de ambiente virtual, acaba promovendo além de transparência e informação pública ao cidadão, mas também dá a sociedade o poder de fiscalizar e monitorar os governantes, aumentando assim suas responsabilidades perante suas administrações. Já Silva (2010) garante que a obrigatoriedade da divulgação das informações governamentais, em mídias de grande escala como a internet, garante uma maior amplitude na aplicação da transparência dando possibilidade de aperfeiçoamento no exercício da cidadania, já que com o aumento da fiscalização e monitoramento, é inevitável os investimentos na própria gestão pública.

A tecnologia da informação, além de organizar, armazenar, assegurar informações, e disponibilizar de forma fácil e clara, acaba melhorando a eficiência de processos burocráticos. Entretanto, um dos fatores de alavancagem no quesito dados governamentais abertos, está na disseminação da internet em todo o território nacional, tornando assim, uma das principais ferramentas de controle social (RODRIGUES; BRAGA, 2013). Todavia, Lopes (2010, p.4) salienta que “a transparência não pode, por si só, garantir que o interesse público irá prevalecer, mas sem ela, é impossível prevenir comportamentos clientelistas na administração pública”.

3 Metodologia

Utilizando como referência pesquisas bibliográficas, foi possível efetuar a caracterização do Portal de Transparência e o entendimento dos conceitos de transparência, assim como a influência e importância das TICs no setor público, e num segundo momento, utilizou-se uma abordagem quantitativa de caráter descritivo. A pesquisa quantitativa, segundo Hair Jr. (2007), trata-se de um modelo estruturado de procedimentos de coleta de dados, onde a partir de um questionário elaborado pelo pesquisador, foi aplicado em um número considerável de respondentes.

Sendo assim, foi realizado um levantamento de dados primários, aplicando uma *survey*. Segundo Saccol (2009) a *survey* tem o intuito de produzir descrições quantitativas de uma população, através da obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas. De acordo com Malhotra (2012), a pesquisa quantitativa pode ter característica descritiva, no momento que se tem um conhecimento prévio do problema pesquisado, argumentando também que os dados sejam coletados a partir de uma amostra grande e representativa. A pesquisa teve o intuito de descrever características de uma população, caracterizando uma pesquisa de escopo descritivo, servindo para realizar de correlações entre variáveis e explicar fenômenos (VERGARA, 2009).

E para medir este grau de conhecimento, foram utilizadas algumas perguntas que enfatizam o assunto, e para operacionalizar, foi criada uma escala percentual conforme quadro abaixo:

Quadro 01 – Grau de conhecimento sobre o Portal da Transparência

Grau de Conhecimento sobre o Portal da Transparência	
Parâmetro	Descrição
Muito Alto	Mais de 80% dos alunos conhecem o Portal da Transparência
Alto	de 61 a 80% de alunos conhecem o Portal da Transparência
Médio	de 41 a 60% dos alunos conhecem o Portal da Transparência
Baixo	de 21 a 40% dos alunos conhecem o Portal da Transparência
Muito Baixo	Menos de 20% dos alunos conhecem o Portal da Transparência

Fonte: Elaborado pelos autores.

A amostragem não probabilística, por conveniência, teve como direcionamento os alunos dos cursos de administração e economia do campus da UFSM na cidade de Palmeira das Missões. Ao todo, foram aplicados 111 questionários com perguntas fechadas, utilizando escala Likert de 5 pontos, os quais foram aplicados por meio físico no mês de novembro de 2015. Para tabulação e manipulação dos dados foram utilizados a planilha eletrônica Excel assim como o auxílio do programa SPSS versão 20, onde os dados foram organizados e analisados através de gráficos e/ou tabelas utilizando estatística descritiva como médias, variância, desvio padrão, correlação entre variáveis, análise fatorial e alguns testes de confiabilidade simples e normalidade de escala.

4 Análise e Discussão dos Resultados

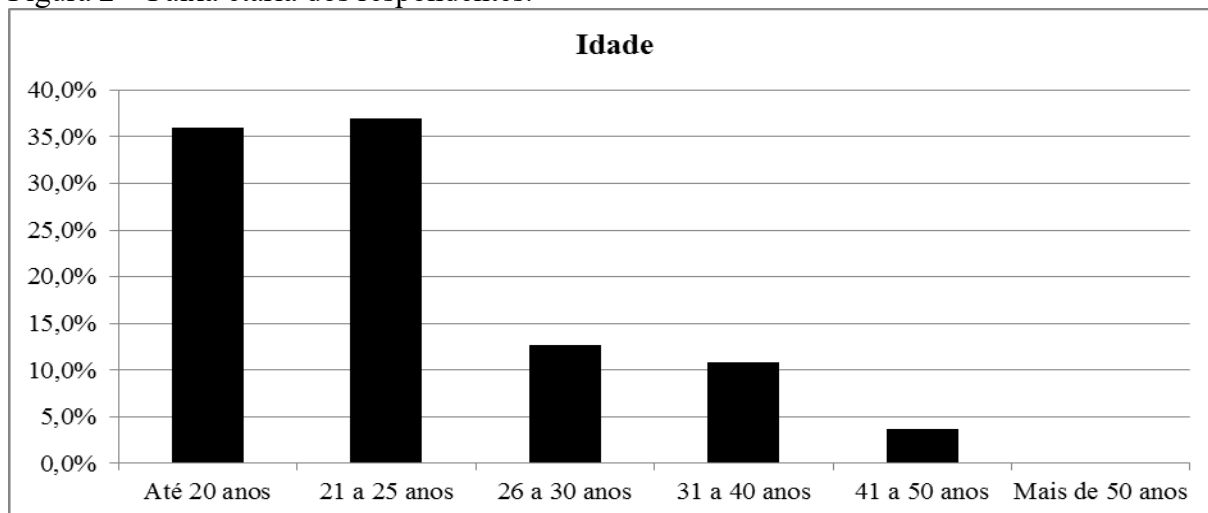
A criação do portal da transparência, facilitou e ampliou o acesso às informações sobre arrecadação, investimento e gastos públicos dos governantes. Entretanto, é histórico o desinteresse coletivo pela política, e que as vezes gera um descaso na fiscalização dos passos dados pelos governantes eleitos. Com isso, é possível que a população não tenha aderido ao uso desta ferramenta tecnológica, para benefício próprio e comunitário, ou seja, não está sendo utilizada como meio de fiscalização e monitoramento das práticas públicas.

Foram aplicadas algumas estatísticas descritivas diante dos dados levantados entre os acadêmicos de Administração e Ciências Econômicas, mostrando que a grande maioria dos respondentes foi do gênero feminino com 64,9% dos casos, sendo que dentre os cursos,



Administração correspondeu a 62,2% dos alunos respondentes da pesquisa. Com relação a faixa etária do público pesquisado, houve um equilíbrio muito grande entre as faixas até 20 anos, com 36% dos casos e a faixa 21 a 25 anos, com 36,9% dos respondentes. Chama a atenção a baixa presença de pessoas acima dos 40 anos, onde apenas 3,6% ficaram na faixa etária dos 41 a 50 anos, sendo que não foram computados nenhum respondente na faixa acima dos 50 anos, caracterizando como jovem/adulto o público analisado (Figura 2).

Figura 2 – Faixa etária dos respondentes.

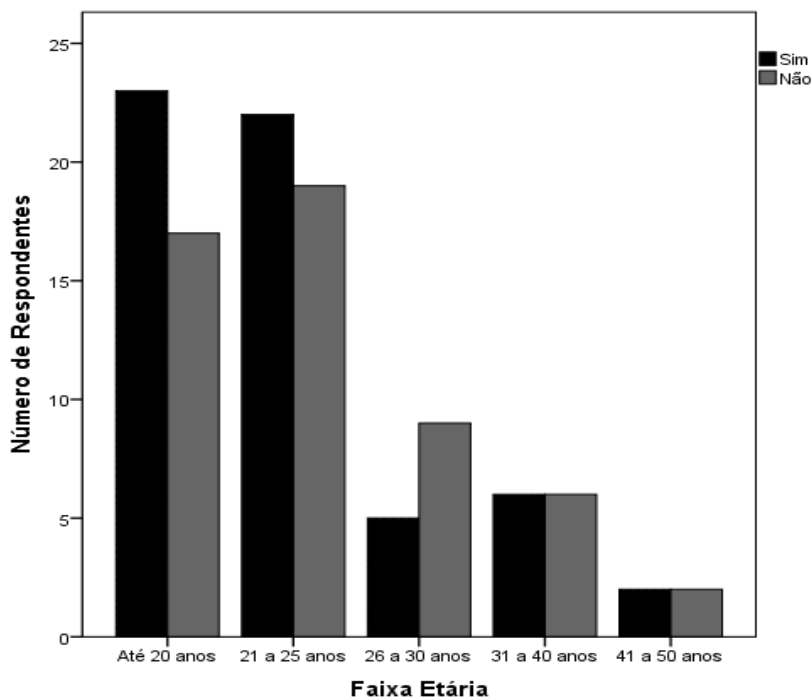


Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação a análise do número de respondentes que acessaram informações no portal da transparência de seus municípios, mostrou que 52,3% já acessaram informações do portal, isso mostra que mesmo a tendência nacional, segundo o próprio portal da transparência por meio da CGU, que relaciona o acesso ao grau de instrução, entretanto, neste caso abordado, os respondentes mesmo cursando um curso superior, não apresentam um número satisfatório de pessoas acessando o portal. Os dados da pesquisa ainda mostram que a única faixa etária onde a maioria não acessou foi a de 26 a 30 anos totalizando 64,3%.

As faixas etárias acima dos 30 anos mostraram uma igualdade, já as faixas abaixo dos 26 anos, mostraram que a maioria já acessou informações do Portal, contabilizando 77,6% dos respondentes que indicaram já ter acessado o portal da transparência de seus municípios (Figura 3).

Figura 3 – Número de respondentes que já acessaram o Portal da Transparência de seu município.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda segundo ao acesso, ao relacionar o tipo de curso, identifica-se 66,7% dos que cursam economia já acessaram informações do portal. Já 43,5% dos alunos que cursam Administração acessaram o portal. Com relação ao comparativo por gênero, foi possível identificar uma pequena diferença, sendo que dentre os homens, 48,7% já acessaram informações, e 54,2% entre as mulheres. Ainda caracteriza o público respondente, conforme Quadro 1 proposto na metodologia, como um cenário de grau médio de conhecimento, confirmado a partir da perspectiva analisada a partir da visão do próprio acadêmico, mostrada a seguir pela Tabela 1.

Tabela 1 –Grau de conhecimento na perspectiva do acadêmico.

		Grau de Conhecimento					Total
		Muito Baixo (Qt.)	Baixo (Qt.)	Médio (Qt.)	Alto (Qt.)	Muito Alto (Qt.)	
Gênero	Feminino	17	17	30	7	1	72
	Masculino	11	14	9	4	1	39
Total		28	31	39	11	2	111

Fonte: Dados da pesquisa analisados no SPSS.

Com relação ao grau de conhecimento sobre o portal da transparência, na perspectiva do aluno, foi possível visualizar alguns dados relacionados ao gênero dos respondentes (Tabela 1). Entre as mulheres, 41,7% das respondentes consideram “Médio” o seu grau de



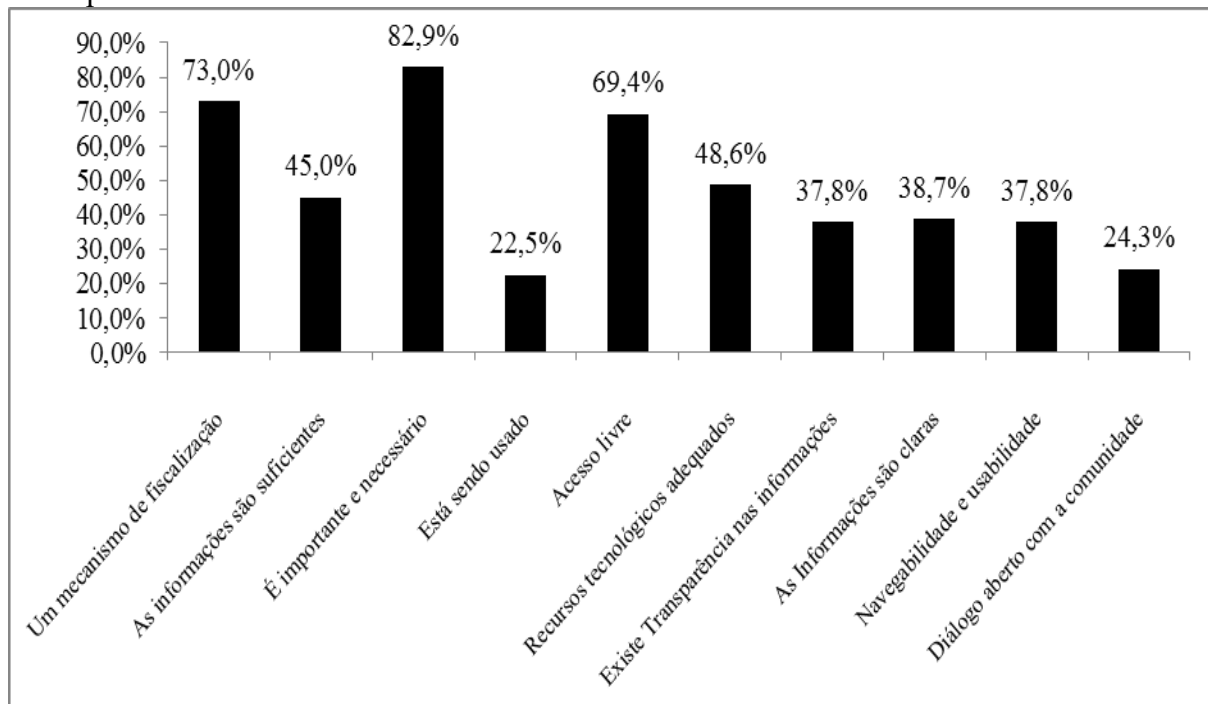
conhecimento perante o portal da transparência de seu município. Já entre os homens a maioria considerou muito baixo o seu grau de conhecimento, observando 35,9% dos casos.

Os números totais da pesquisa com relação ao grau de conhecimento, mostrados na Tabela 1, apresentam a quantidade de respostas em cada um dos itens da escala. Identifica-se na grande maioria dos respondentes um nível baixo de conhecimento para com o portal, pois somando as faixas 1 e 2 da escala, respectivamente “Muito Baixo” e “Baixo”, obtêm-se 53,1% do total de respondentes. A maioria caracterizou seu grau de conhecimento como “Médio”, representando 35,1% dos casos analisados. Além disso, apresentou uma média de 2,35, e um desvio padrão de 1,024, onde também comprova que a grande maioria não considera ter um grau elevado de conhecimento acerca do portal da transparência.

Na Figura 4, é possível analisar, com base na escala aplicada, a opinião dos respondentes com relação a cada variável utilizada no questionário, entretanto, deu-se prioridade na apresentação, aos números proporcionais às respostas “Concordo” e “Concordo Totalmente”, escalas 4 e 5 respectivamente, sendo que apenas três destas variáveis apresentaram um nível bom de concordância. Foram elas: O portal é visto como um mecanismo de fiscalização com 73%, os respondentes que acham o portal importante e necessário chegando a 82,9% e 69,4% concordam que todas as pessoas podem acessar às informações do portal.

Em contrapartida, duas variáveis destacaram-se negativamente na perspectiva dos acadêmicos, onde apenas 22,5% concordam que realmente os portais dos municípios estão sendo usados, e 24,3% concordam que o portal da transparência se tornou um mecanismo de diálogo aberto com a sociedade.

Figura 4 – Junção dos pontos 4 e 5 da escala, das variáveis abordadas no questionário, correspondendo a “Concordo” e “Concordo Totalmente”.



Fonte: Dados da pesquisa.

Para ter certeza de que as questões utilizadas no questionário, ou seja, que as variáveis observáveis seguem uma adequabilidade e que se encontram correlacionadas, possibilitando na sequência, realizar a técnica de análise fatorial, foram utilizados alguns testes no processo de validação, tais como *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) de adequação de amostras, juntamente com o Teste de Esfericidade de *Bartlett*. Na tabela 2, é possível visualizar o resultado destes testes, juntamente com os níveis de significância.

Tabela 2 – Resultado do KMO e do teste de *Bartlett*

Teste		Valor Encontrado
KMO		,827
Teste de Esfericidade de <i>Bartlett</i>	Qui-quadrado	372,295
	Significância	,000***

(***) < 0,001

Fonte: Dados da pesquisa analisados no SPSS.

O KMO apresenta valor acima de 0,8 (0,827) o que justifica como adequada a análise fatorial (PESTANA; GAGEIRO, 2005; HAIR Jr. *et al.*, 2007). Para uma melhor compreensão e entendimento das variáveis observadas, confeccionou-se a matriz de correlação de *Pearson* mostrada na Tabela 3, e para uma melhor visualização, mostra as questões utilizadas no questionário, em um formato abreviado.

Tabela 3 – Matriz de correlação Pearson das variáveis observáveis.

	5) Grau de Conhecimento	6) Mecanismo de fiscalização	7) São Suficientes	8) Importante e Necessário	9) Está sendo usado	10) Todas as pessoas podem acessar	11) Recursos tecnológicos	12) Navegabilidade	13) Transparência	14) Informações claras	15) Diálogo aberto
5) Grau de Conhecimento	1										
6) Mecanismo de fiscalização	,079	1									
7) São Suficientes	,303**	,303**	1								
8) Importante e Necessário	,215*	,411**	,380**	1							
9) Está sendo usado	,285**	,277**	,303**	,294**	1						
10) Todas as pessoas podem acessar	,190*	,240*	,084	,329**	,351**	1					
11) Recursos tecnológicos	,261**	,283**	,334**	,361**	,503**	,422**	1				
12) Navegabilidade	,438**	,256**	,315**	,394**	,451**	,328**	,510**	1			
13) Transparência	,456**	,292**	,473**	,317**	,388**	,292**	,285**	,363**	1		
14) Informações claras	,326**	,213*	,387**	,410**	,323**	,302**	,345**	,451**	,611**	1	
15) Diálogo aberto	,145	,206*	,411**	,315**	,295**	,094	,307**	,314**	,413**	,437*	1

(**) < 0,01

(*) < 0,05

Fonte: Dados da pesquisa elaborados a partir do SPSS.

Destaca-se o grau de significância entre a grande maioria das variáveis observáveis, destacando que quanto mais recursos tecnológicos percebidos pelos respondentes, maior é a



percepção do uso do portal pela comunidade e maior a percepção de navegabilidade e usabilidade do portal. A correlação mais forte do estudo, refere-se ao nível de transparência do portal e suas informações claras, mostrando que o fácil entendimento das informações presentes no portal está correlacionado com a impressão de transparência.

Para testar a confiabilidade simples da escala, utilizou-se o Alpha de *Crombach*, sendo que ele apresentou valor de 0,845, índice superior ao mínimo de 0,7 aceitável (SCHUMACHER; LOMAX, 1996; HAIR Jr. *et al.*, 1998). Além disso, a variância explicativa é de 60,2% correspondente aos três fatores gerados pela análise fatorial, que segundo Hair Jr. *et al* (2007), visa verificar a interdependência entre os indicadores presentes no instrumento de coleta de dados (questionário), com o objetivo compreender a estrutura das variáveis e agrupando-as em novos fatores. Embora, o mesmo autor salienta que é necessário ao mínimo 10 casos observados para a realização da análise fatorial exploratória, e o presente estudo, com 11 questões observáveis e 111 questionários coletados, constituindo um valor de 10,09 casos para cada variável, sendo assim, estatisticamente aceitável.

Tal divisão do conjunto de variáveis observáveis, utilizou-se a rotação Varimax, este método através da maximização dos quadrados da variância das cargas dos fatores, permite a redução do número de variáveis que representam uma carga elevada em um só fator (MALHOTRA, 2012).

Observa-se por meio dos resultados apresentados, que a aplicação da análise fatorial exploratória realizada diante das variáveis observáveis do questionário, mostra-se um achado da pesquisa, ora todos os testes realizados tinham o intuito de testar o questionário criado para medir o grau de conhecimento sobre o portal da transparência, entretanto, diante da utilização de testes estatísticos mais complexos, foi possível compreender que o conjunto de variáveis podem ser divididas em três conjuntos de fatores.

5 Considerações Finais

Diante do que foi apresentado, e seguindo o objetivo do estudo, verificou-se que por mais que a conectividade e acesso fácil a informação facilitem a busca por conhecimento, principalmente por meio da internet, o interesse da amostra diante de informações relativas às ações governamentais ainda é baixo. O Portal da Transparência, ferramenta que facilita a fiscalização e monitoramento do cidadão para com seus governantes, ainda está longe do uso considerável. A pesquisa mostra a insatisfação dos respondentes com relação aos recursos tecnológicos aplicados ao portal, assim como a dificuldade na usabilidade e navegabilidade.

Outro ponto importante a ser destacado, é que os acadêmicos não identificam o portal da transparência como mecanismo de diálogo aberto com a comunidade, além de não acreditarem, em sua maioria, que o cidadão esteja usando o portal. O desinteresse identificado diante dos respondentes da pesquisa, onde um pouco mais da metade já acessaram informações no portal, sendo que o grau de conhecimento, na perspectiva do próprio acadêmico, caracterizou-se como médio (Quadro 1 proposto na metodologia).

De acordo com a literatura do tema a obrigatoriedade da publicidade de informações governamentais, acabam gerando transparência, e logo, a possibilidade de controle social em forma de monitoramento e fiscalização por parte do povo. Entretanto, os números levantados da pesquisa, mostram que os acadêmicos dos cursos de Administração e Economia em grande parte não estão acessando informações a partir de portais da transparência dos seus respectivos municípios, e dos que já acessaram, possuem um grau de conhecimento, em sua média, baixo a



médio, o que mostra que o grau de instrução, neste caso, difere da lógica proposta pela CGU, onde o grau de escolaridade influencia na intenção de uso do portal.

Como achado de pesquisa, salienta-se as validações da métrica utilizada como instrumento de coleta de dados, ou seja, o questionário criado pelo autor, utilizando uma escala likert de cinco pontos, passou pelos principais testes de conformidade, confiabilidade, significância, correlação e análise fatorial. Os três fatores criados a partir das análises, serão explorados em estudo futuro, onde será possível confirmar que os fatores Transparência/Qualidade das informações e Recursos Tecnológicos/Navegabilidade levam à Usabilidade do Portal da Transparência, e por consequência, um aumento no grau do conhecimento sobre o mesmo.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131**, de 27 de Maio de 2009. Diário da União, Brasília, DF, p.2, 28 de maio 2009. Disponível em: <www.in.gov.br>. Acesso: 16 de jun, 2015.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade; para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAMPOS, A. Arquitetura da participação, construção de conhecimentos e ecologia cognitiva na web 2.0. **In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, 2010.

CAMPOS, R; PAIVA, D; GOMES, S. Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, v. 8, n. 2, maio./ago, 2013.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br >, Acessado em: Junho de 2015.

CLAD. **La responsabilización em la nueva gestión pública latino-americana**. Bueno Aires: Eudeba, 2000.

CULAU, A & FORTIS, M. A Transparência e Controle Social na Administração Pública Brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. **In: XI Congresso Internacional del CLAD**, Ciudad da Guatemala, 2006.

DINIZ, E. **Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado**. Lua Nova, São Paulo, n. 45, 1998.



FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, jun, 2000.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BARDIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**. 7 ed. New Jersey: Prentice Hall, 2007.

LOPES, C. A. **O uso das Tecnologias da Informação e Comunicações nas políticas de acesso à informação pública na América Latina**. Consultoria Legislativa, 2010.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MAURENTE, V. S; MARASCHIN, C; BIAZUS, M. C. V. Modulações de acoplamento tecnológico como estratégia de pesquisa e intervenção. **Revista Educação e Realidade**, v. 34, n. 1, 2009.

MINUZZI, D. O. **Ensino de língua estrangeira on-line**: meio digital potencializador de cognição e subjetividade. Dissertação de Mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2008.

NAZÁRIO, D. C; SILVA, P. F; ROVER, A. J. Avaliação da qualidade da informação disponibilizada no Portal da Transparência do Governo Federal. **Revista Democrática Digital e Governo Eletrônico**, n. 6, p. 180-199, 2012.

OECD. **Best Practices for Budget Transparency, Organization for Economic Cooperation and Development**, maio de 2001. Disponível em <<http://www.oecd.org/budgetingandpublicexpenditures/1905258.pdf>>. Acesso em 22 de junho de 2015.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais**: a complementariedade do SPSS. 4 ed. Lisboa: Sílabo, 2005.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública (RAP)**, v. 42, n. 3, p. 471-493, mai.-jun, 2008.

PRADO, O.; LOUREIRO, M. R. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. **Revista Alcance**, vol.13, n.3, p. 355-372, set./dez, 2006.

RIBEIRO, M. M. **Transparência nos portais do governo federal**: os casos do COMPRASNET e do Portal da Transparência. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, M. P.; BRAGA, S. **Efeitos da Lei da Transparência e da Lei da Informação na Administração Pública Paranaense**: o caso dos municípios de Curitiba,



Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa. Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Ciência Política da UFPR, 2013.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: Compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **ReA UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, mai/ago, 2009.

SCHUMACKER, R. E.; LOMAX, R. G. **A beginner's guide to structural equation modeling**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1996.

SILVA, F. C. C. Controle Social: Reformando a Administração para a Sociedade. **Revista Organização & Sociedade**, v. 9, n. 24, mai./ago, 2002.

VISHWANATH, T.; KAUFMANN, D. **Towards Transparency in Finance and Governance**, 1999. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=258978> Acesso em 09 de junho de 2015.

WELP, Y. **Democracia y fractura digital en América Latina**. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL DEMOCRACIA DIRECTA EN AMÉRICA LATINA, 14-15 de marzo de 2007, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: www.dd-la.ch/download/Welp_Yanina.pdf. Acesso em: 25. jun. 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.